

Para decolonizar os museus: desafios e possibilidades

Decolonising the museum: challenges and possibilities

Enviado em: 26-03-2024

Aceito em: 26-06-2024

Roberta Madeira de Melo¹

Elza Viera da Rosa²

Zita Rosane Possamai³

Resumo

Trata-se de uma reflexão crítica que problematiza a decolonização dos museus através da análise de algumas práticas decoloniais em curso no Brasil. Dentre estas iniciativas, este artigo destaca o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre como uma experiência concebida na perspectiva decolonial e antirracista. Compreende-se que os projetos que buscam a decolonização dos museus, mesmo passíveis a equívocos, potencializam a agência dos espaços museais no âmbito da valorização patrimonial, cultural e histórica de grupos que, historicamente, foram negligenciados por estas instituições. O principal avanço nesse processo reside no protagonismo dos grupos envolvidos nas práticas museológicas propostas. O Museu de Percurso do Negro é oriundo do movimento unificado e expressa ideias e imagens que dão sentido ao grupo.

Palavras-chave: Decolonialidade, antirracismo, Museu de Percurso do Negro

Abstract

This is a critical reflection that problematizes the museums decolonization through the analysis of some decolonial practices underway in Brazil. Among these initiatives, the paper highlights the Black Path Museum of Porto Alegre as an experience elaborated from a decolonial and anti-racist perspective. It is understood that the projects that seek to decolonize museums, even if they are prone to misunderstandings, enhance the agency of museum spaces in terms of valuing the heritage, culture and history of groups that have been historically neglected by these institutions. The main advance in this process lies in the protagonism of the groups involved in the proposed museum practices. The Black Path Museum of Porto Alegre comes from the unified movement and expresses ideas and images that give meaning to the group.

1Roberta Madeira de Melo. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa História, Memória e Educação, bolsista Capes. Mestra em Educação pela UFRGS. E-mail: roberta91melo@gmail.com.

2Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa História, Memória e Educação. Mestra em Sociologia pela UFRGS. E-mail: elzavrosa@gmail.com.

3Pós-Doutora pela Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França. Professora Associada dos Programas de Pós-graduação em Educação e Museologia e Patrimônio da UFRGS. Bolsista Produtividade CNPQ. E-mail: zitapossamai@gmail.com.

Keywords: Decoloniality, antiracist, Black Path Museum of Porto Alegre

Introdução

A decolonização dos museus tornou-se um imperativo para as sociedades contemporâneas, principalmente para aquelas afligidas por episódios de racismo e violência que tentam garantir direitos aos povos originários, aos afrodescendentes, às mulheres e aos grupos LGBTQIAP+. Enquanto a vida ferve lá fora, não é mais possível aceitar que as instituições museais sigam incólumes e alheias a sua própria configuração como dispositivos colonizadores e racistas, visíveis e materializados nas suas coleções, nas suas exposições e nas suas narrativas.

Diversos estudos enfrentam a questão (Chagas, 2017; Brulon, 2020; Siqueira, 2020) ao deter-se sobre o pensamento decolonial ou a partir de iniciativas que propõem diferentes formas de criar museus e praticar a Museologia (Mignolo, 2018; Cury, 2017, 2021). Desse modo, consideramos que decolonizar os museus têm adquirido vários delineamentos, alinhados com os contextos históricos e culturais, tais como: repatriação de coleções de países colonizadores aos locais de origem; compreensão de forma crítica das estruturas históricas que formaram os museus, suas heranças e rompimentos com paradigmas construídos, ao longo do tempo; revisão das coleções com a adoção de políticas de aquisição que contemplem grupos e sujeitos apagados da constituição histórica dos acervos; elaboração de novas narrativas expositivas que evidenciem os aspectos colonizadores do museu; estabelecimento de curadorias compartilhadas e colaborativas com os grupos diretamente envolvidos; concepção e implantação de museus a partir de demandas históricas de reparação, a exemplo dos museus indígenas, museus comunitários, pontos de memória, entre outros formatos.

Sabemos ser esta uma questão bastante complexa que apresenta resistências, seja por parte dos países que não querem perder seus acervos, seja por parte de equipes destituídas de vontade de mudar os museus. Enfrentar o debate parece ser um bom caminho e, no caso da Museologia e dos museus, vislumbrar as práticas já efetivadas pode também ser inspirador. Nesse sentido, este artigo pretende problematizar a questão ao analisar algumas iniciativas em curso, especialmente no Brasil, e apontar o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre como uma experiência concebida na perspectiva decolonial e antirracista.

Os museus na perspectiva decolonial

O conceito de decolonialidade foi elaborado por integrantes do grupo Modernidade/Colonialidade⁴, criado na década de 1990. Seus membros buscavam analisar as relações de colonialidade inerente ao processo histórico de colonização/invasão dos europeus a territórios indígenas, que permaneceram nas sociedades latino-americanas, mesmo após as suas independências. De acordo com Luciana Ballestrin (2013), o pensamento decolonial seria um “movimento de resistência teórico e de prática, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (p.105).

É relevante frisar que o pensamento decolonial não trouxe grandes novidades à História latino-americana, pois a historiografia há tempos empenha-se em compreender a colonização e suas consequências para os países latino-americanos e caribenhos (Gruzinski, 2003, 2015; Alencastro, 2000; Williams, 2012; Palti, 2002; Blackburn, 2012). Também não é novidade para a Museologia a postura crítica sobre a história dos museus, sua relação com o colonialismo, sobretudo, acerca da sua atuação social junto às comunidades e movimentos sociais, principalmente a partir da Nova Museologia⁵. Talvez, a apropriação mais recente do pensamento decolonial situe-se em novas lentes para velhos problemas enfrentados na América Latina, desde a sua invasão/colonização e, principalmente, no imperativo do protagonismo dos grupos até então marginalizados pelo processo histórico colonial. Mais do que nunca, o lugar de fala (Ribeiro, 2017) está na ordem do dia e também para os museus.

Então, qual seriam as novas lentes para velhos problemas? A principal constatação do pensamento decolonial está na identificação de um padrão global de dominação, originado na colonização do século XVI, e que se manteve a partir de um sistema-mundo moderno/capitalista. Conforme Anibal Quijano (2005), o desenvolvimento deste mecanismo de poder ocorreu doravante à dominação pelos países do Norte-global das subjetividades culturais (corpo, gênero, sexualidade, conhecimento, imaginário, memória) e pelo controle da economia, do trabalho e exploração de diferentes recursos naturais do Sul-global. A colonialidade do poder envolve outras duas dimensões: a do saber e do ser.

⁴Entre eles destacam-se: Edgar Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano, Catherine Walsh e Fernando Coronil (Lander, 2005).

⁵A partir da Nova Museologia diferentes perspectivas deste campo de saber se desenvolveram, tais como: Museologia Social, Museologia Crítica, Museologia Indígena, entre outras.

A colonialidade do saber está associada ao controle e à negação dos saberes e subjetividades não europeus, enquanto os conhecimentos ocidentais são vistos como universais e hegemônicos, o que se conceitua como eurocentrismo, ou seja, uma visão de mundo e epistemológica produzida a partir das sociedades euro-ocidentais. A suposta neutralidade do conhecimento euro-ocidental, “sem rosto, sem gênero, sem classe” (Ballestrin 2013, p. 105) esconde seu caráter racista, machista, heteronormativo e hierarquizante. Já a colonialidade do ser vincula-se à vivência dos indivíduos que sofrem as mazelas desta dinâmica, que, mediante a uma ciência posta como neutra, produziu a racialização de corpos a partir da linguagem euro-americana:

A ‘ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais’ em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser (Mignolo, 2003, p. 633).

Assim, a linguagem e o lugar de onde se produz conhecimento ecoa na ontologia do ser, como afirma Frantz Fanon (2008, p. 50), “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura”. Quantos mundos se escondem nas línguas silenciadas pela colonialidade? As palavras de Fanon (2008) ajudam a entender a colonialidade do ser, na sua mais cruel faceta: a desumanização do “outro” e a negação de seus saberes. Nesse sentido, o conceito de colonialidade do poder, do saber e do ser ajudam a compreender o mecanismo que engendra este processo de apagamento, subalternidade e violência experienciado pelos povos outrora colonizados.

Apresentada essa lente conceitual do pensamento decolonial, questionamos: qual a relação da história dos museus com isso? A historiografia dos museus, na qual se inscreve a história da Museologia, tem demonstrado que as primeiras práticas colecionistas estavam destinadas a abastecer os museus da Metrópole (Lopes, 2005). Nessa prerrogativa, interessava ao poder colonial elaborar conhecimentos sobre os domínios coloniais, daí a preocupação em coletar espécimes da flora e da fauna e artefatos dos povos originários. De acordo com Bruno Brulon (2020), a primeira Museologia pensada e praticada no Brasil, caracterizou-se como uma Museologia sobre o Outro, em que os sujeitos nela representados teriam sua identidade marcada pela diferença, sendo o propósito das instituições museais a composição de objetos de estudo - e suas ciências correlatas - para a metrópole ilustrada” (Brulon, 2020, p. 07).

Nesse contexto, a colonialidade no âmbito das instituições museais envolve as dimensões do saber e do ser. As práticas científicas euro-ocidentais foram

reproduzidas nos museus latino-americanos, ainda que influenciadas pela produção científica de cada localidade. A hierarquização das raças através do racismo científico foi um dos paradigmas reproduzidos nos primeiros espaços museais, fundados no Brasil. A partir do estudo das coleções por meio de um conjunto diversificado de disciplinas (Antropologia, Arqueologia, Ciências Sociais, História), se produziu uma classificação de raças humanas, em que a raça branca seria a superior, enquanto as outras inferiores (Schwarcz, 1993). Assim, esta perspectiva eurocêntrica, herança colonial, naturalizou hierarquias sociais por meio dos estudos científicos, produzidos do ponto de vista ocidental. Dualidades como selvagem/civilizado, atraso/progresso, tribo/civilização tornaram-se paradigmas que configuraram representações do que seriam sociedades modernas vinculadas às nações ocidentais, e sociedades primitivas relacionadas aos povos colonizados (Melo, 2019; Paz, 2015)

Enquanto os povos não ocidentais eram racializados e lidos como inferiores, a raça branca era compreendida como neutra e, ao mesmo tempo, superior, usufruindo simbolicamente deste *status*. Se a colonialidade do poder, nos ajuda a compreender as mazelas deixadas pelo processo colonial a partir das relações de poder perpetuadas ao longo do tempo, o conceito de branquitude, permite entender quais são os grupos privilegiados neste sistema global de dominação.

De acordo com Lia Vainer Schucman (2020), branquitude é um lugar social historicamente construído, “em que sujeitos que o ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (p. 61). Deste modo, a branquitude é um lugar de poder, que se constitui com alguns mecanismos tais como: ser invisível quanto à racialização e ser visível quando isso lhe é vantajoso, possuir privilégios materiais e simbólicos e ter sua estética e subjetividade supervalorizada em relação às outras identidades não brancas. Mesmo que os brancos não se sintam superiores, eles obtêm privilégios a partir dessa valorização. Os museus foram criados pela branquitude e reproduziram a colonialidade ao representarem o Outro na perspectiva branca. Nesse contexto, as instituições museais também foram responsáveis pela construção dos privilégios simbólicos da branquitude.

Iniciativas decolonias: algumas experiências

Para encarar os desafios de decolonizar os museus, analisar alguns exemplos de museus e projetos que tiveram em seu âmago a decolonialidade e/ou o antirracismo pode ser interessante. Desse modo, apresentaremos, iniciativas protagonizadas por agentes oriundos justamente das clivagens colonizadoras, calcadas em gênero e raça. O primeiro exemplo foi abordado por Walter Dignolo (2013), a exposição *Mining the Museum do artista afroamericano Fred Wilson*, realizada no Museu Contemporâneo de Baltimore, nos Estados Unidos, em 1992. Nesta mostra, o curador mesclou objetos da coleção da Sociedade Histórica de Maryland, tais como cadeiras, copos, jarros, pratarias utilizadas no século XIX, por famílias da alta sociedade, com artefatos de tortura escravagista, objetos da Ku Klux Klan, entre outras materialidades que representam o racismo, o colonialismo e a escravidão. A montagem da exposição nos coloca diante do que a colonialidade escondeu, quando, por exemplo, dispõem lado a lado, objetos utilizados por famílias escravizadoras e artefatos de tortura e insere em um carrinho de transporte de bebê uma máscara da Ku Klux Klan. Na mostra, o artista “usa a instituição para revelar o que foi escondido nas histórias coloniais de escravidão e as consequências do racismo. Um ato de desobediência epistêmica e estética”, segundo o autor (Mignolo, 2013, p. 318).

Além de confrontar as contradições históricas, uma exposição pode promover a interculturalidade e fazer do museu um espaço de resistência. Nos últimos anos, muitos museus estão repensando suas narrativas expositivas de modo a estabelecer curadorias compartilhadas com movimentos sociais e etnias diversas, dentre elas, destacam-se os povos indígenas. Um exemplo deste movimento ocorre no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, que desenvolve uma ação educativa junto aos povos originários, desde 2016. O projeto intitulado *Resistência Já! Fortalecimento e união das culturas indígenas Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena*, resulta de um compromisso estabelecido pela instituição que busca informar e requalificar as coleções etnológicas salvaguardadas pela instituição. O objetivo principal da ação centra-se em “criar espaços de empatia e de aproximação entre indígenas e não indígenas por meio da experiência, da vivência e, sobretudo, promovendo a visibilidade das lutas e existências indígenas” (Silva & Carneiro, 2021, p. 164). No projeto são realizados os seguintes processos: pesquisa documental, encontros com os povos indígenas no museu e elaboração curatorial compartilhada com os indígenas, considerando a maneira de se envolver com o museu de cada povo. Este tipo de programa possibilita que, concomitantemente, os povos indígenas

tenham novos parceiros na luta por seus direitos e demandas e as instituições passem por mudanças nas concepções museais.

Além de exposições compartilhadas que permitem o protagonismo dos povos originários em instituições museais não indígenas, a agência indígena reflete-se também na elaboração de seus próprios museus. Nas últimas décadas, inúmeros museus indígenas foram fundados no Brasil, fenômeno decorrente da luta dos povos originários travada, principalmente, pela garantia de seus direitos, institucionalizados na Constituição de 1988, e das transformações vivenciadas pela Museologia. Criados por diversos povos originários brasileiros, os museus indígenas se apresentam como espaços construídos a partir do olhar de seus protagonistas sobre o que é museu, museologia, objeto e museografia, ação denominada Museologia Indígena (Gomes, 2019).

O Museu dos Kanindé, situado na aldeia Fernandes, no estado do Ceará, é um exemplo, entre tantos outros existentes no Brasil, da prática museológica indígena. O espaço foi fundado pelo Cacique José Maria Pereira Santos, conhecido como Sotero, no ano de 1995, foi o primeiro museu indígena do estado do Ceará e o segundo ao nível nacional. A instituição foi pensada a partir da necessidade de reafirmar a identidade coletiva do povo Kanindé e, principalmente, do empenho do Cacique Sotero, que viu na criação de um museu um instrumento para comunicar a história e a cultura de seu povo. O espaço “agrega rezadores, pajés, benzedores, parteiras e ancestrais, tornando-se o lugar onde os troncos velhos narram suas memórias para as novas gerações, possuindo uma íntima relação com o território” (Santos, 2021, p.58). Para seus criadores, o Museu dos Kanindé é educação, memória, história, ancestralidade, é um lugar sagrado e é, nas palavras do Cacique, “uma família grande” (Gomes, 2019, p. 346).

Se museus indígenas e museus etnográficos estão à frente em propor uma guinada para o decolonial, os museus de história também vem se preocupando em repensar suas coleções e narrativas consagradas de um viés excludente de determinados grupos, como os indígenas, afrodescendentes, mulheres e grupos LGBTQIAP+. O Museu de História Júlio de Castilhos, localizado em Porto Alegre, vem repensando não apenas suas narrativas expositivas, mas também suas coleções de modo a incluir grupos historicamente alijados. A exposição *Narrativas do Feminino* evidenciou a ausência de objetos pertencentes a mulheres negras ou indígenas no acervo da instituição, o que implicou na busca por doações para o museu, ao passo que a exposição *Memória e Resistência* resultou do esforço em construir com os

povos indígenas, principalmente povos Kaingang e Mbyá-Guarani, curadorias compartilhadas (Melo; Possamai, 2021). Além de realocar o legado guaranítico das Missões na perspectiva de resistência indígena, os ciclos de curta duração⁶ colocam em diálogo ou contraposição a presença histórica dos indígenas no território, visível pelos artefatos da coleção do museu, e as problemáticas vigentes no presente, a exemplo das disputas por demarcação de terras, os preconceitos e racismo enfrentados por esses grupos, a produção artesanal no contexto urbano, entre muitas outras questões.

Essas experiências apontam possibilidades museográficas pensadas numa concepção decolonial e antirracista, mas não se constituem como fórmulas prontas. A curadoria de coleções etnológicas em parceria com os povos indígenas, bem como a Museologia Indígena, são práticas desafiadoras e transformadoras, onde o museu, seja indígena ou não, torna-se zona de contato (Clifford, 2016) entre profissionais da museologia, pesquisadores e povos representados nas coleções e, em seus próprios museus.

Uma prática decolonial: o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre

Nos anos 1990, ativistas do Movimento Negro Unificado de Porto Alegre, preocupados em dar visibilidade e materialidade à presença histórica dos negros na cidade, criaram, em 1997, o Centro de Referência Afro-brasileira (CRAB), que, segundo losvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior (2010, p. 11), tinha como objetivos:

[...] reconstituir saberes e viveres ancestrais relativos aos aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos, preservando as origens africanas que contribuíram para a formação do povo rio-grandense; dar prosseguimento ao processo de criação e da instalação física do CRAB; organizar a rearticulação de identidades, pertencimentos, vivências e experiências do Povo Negro, em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, por meio de redes de comunicação de dados ou informações, contemplando grupos de idosos (os griots), porta-vozes da cosmovisão africana, jovens e crianças.

No âmbito do CRAB se gestou, entre seus membros, a ideia de criar o Museu de Percurso do Negro a ser instalado nos espaços do Centro Histórico de Porto

⁶O primeiro ciclo (2019/2020) teve como tema os rituais sagrados e as práticas de arte originárias do povo Guarani. O segundo (2021) foi elaborado com a colaboração do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), centrou-se nos rituais de guerra dos povos originários do Mato Grosso e Goiás e nos ritos de coleta, preparo e guarda de alimentos das nações indígenas do Rio Grande do Sul. O terceiro momento da exposição (2022) teve como foco a mostra de objetos indígenas de diversas regiões do Brasil, salvaguardados pelos museus vinculados à Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul (Museu Antropológico do RS - MARS e Museu Arqueológico do RS - MARSUL). E o último ciclo (2023) foi realizado com a curadoria colaborativa de Fernanda Kaingang e Susana Kaingang, gestoras do Instituto Kaingang, localizado na terra indígena de Serrinha, no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Neste ciclo foram expostas as peças artísticas produzidas no Ponto de Cultura Kaingang.

Alegre. A partir deste embrião, esses agentes, entre eles, o historiador Pedro Vargas⁷, buscaram recursos para viabilizar a proposta junto ao Programa Monumenta, que iniciava suas ações na capital Gaúcha. Tal programa de envergadura nacional abarcou 36 cidades brasileiras, entre elas Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul, e tinha por objetivo valorizar e preservar os patrimônios locais.

O Programa Monumenta se constituiu a partir de diferentes parceiros, tais como o Ministério da Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco de Desenvolvimento (BID). A gestão do programa era executada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre através da Unidade Executora do Projeto Monumenta⁸.

A implementação do primeiro marco do Museu, segundo Arilson Gomes (2010), contou com o apoio da Escola de Saúde Pública, sob a coordenação geral do grupo Angola Janga⁹. Observa-se, assim, que a mobilização oriunda de um movimento social e cultural buscou recursos junto aos poderes executivos, neste caso municipal e federal, para alcançar seus propósitos. A partir da acolhida da proposta pela UEP Monumenta Porto Alegre, os primeiros passos foram dados para a implementação da concepção de um museu que teria uma característica diversa e inovadora em relação aos museus tradicionais, pois seria constituído de marcos ao ar livre dispostos em diversos espaços do centro da capital gaúcha (Vilasboas, Bittencourt Júnior, Souza, 2010). Além da forma diferenciada, era um museu idealizado por afrodescendentes, intelectuais atentos à invisibilidade das memórias e dos patrimônios negros na cidade, e militantes que lutavam contra o racismo estrutural da sociedade brasileira e gaúcha.

A primeira etapa do projeto consistiu na contratação do antropólogo losvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior (2010) para elaboração de uma pesquisa sobre os territórios negros urbanos, proposta construída pelo CRAB, para criação do Museu de Percurso e apresentada ao Projeto Monumenta. A partir desta investigação, foram mapeados determinados lugares na cidade, tais como: Largo da Quitanda, território

⁷Historiador e administrador(UFRGS); especialista em Museologia (PUCRS); Mestre em Desenvolvimento Urbano Regional (PROPUR/UFRGS); Técnico em Cultura da Prefeitura de Porto Alegre desde 1987; autor do livro *O Mercado central do Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro: uma relação patrimonial* (2017).

⁸A Unidade Executora era o escritório que implementava as ações localmente do Monumenta (seleccionava projetos de investimentos; abria concorrências públicas e fiscalizava a execução de serviços e obras de restauração e qualificação do espaço urbano). Nessa etapa inicial foram seus membros: Briane Bicca (arquiteta coordenadora); Dóris Oliveira e Luis Merino Xavier (arquitetos) e Zita Possamai (historiadora).

⁹Angola Janga é uma organização sem fins lucrativos do qual faziam parte, nesse período, Luiz Nascimento (Lua) e Elza Vieira da Rosa

das negras quitadeiras; Pelourinho, signo material da injustiça contra o negro e símbolo dos agentes históricos negros que buscaram a liberdade; Largo da Força; Calçada da Confeitaria Matheus (esquina da Avenida Borges de Medeiros e Rua da Praia). Segundo Bittencourt Júnior (2010, p.13):

Esses Territórios Negros Urbanos tiveram a presença de muitos negros africanos e de seus descendentes que aportavam, em Porto Alegre, na condição de cativos, ocupando as mais diversas atividades domésticas e públicas na área central da cidade. Exerceram as funções de escravos domésticos, escravos de ganhos, escravos aluguel, pedreiros, carregadores, lavandeiros, vendedores, marinheiros, músicos, etc. construíram quilombos urbanos e rotas de fuga, a fim de escapar da opressão vivenciada no contexto rural; evadindo-se do meio urbano para o meio rural ou para a periferia da cidade de Porto Alegre, cujo entorno era considerado pela burguesia e a elite letrada como, conforme a historiadora Sandra Jatayh Pesavento territorialidade de lugares de alteridade condenada.

Desse modo, o amplo levantamento histórico e antropológico ofereceu os substratos para definição dos lugares onde seriam implantados os marcos do Museu de Percurso. A pesquisa também subsidiou a elaboração do projeto museológico e museográfico, de autoria da museóloga Ilma Silva Vilasboas (2010), especialmente contratada pelo Projeto Monumenta para esse fim. Nas suas palavras:

Museu de Percurso do Negro nasce do desejo de representação concreta, por meio de marcos visível e palpável da contribuição dos negros africanos e seus descendentes à capital gaúcha, pela falta de representatividade nos museus tradicionais, bem como “dar visibilidade à contribuição do patrimônio cultural de matriz africana na História da cidade, no Estado do Rio Grande do Sul, fortalecendo a identidade local, regional e nacional (Vilasboas, 2010, p. 91).

É importante destacar que por intermédio dessa configuração, o Movimento Negro teve, desde o princípio, um papel estratégico, preponderante e marcante como luta de resistência frente a uma concepção de museologia, já consolidada na cidade, a qual possibilitava a ascensão de um pensamento europeizado e estabilizado nos meios sociais, que marginalizava a história e a cultura da população negra da cidade.

Segundo Ilma Silva Vilasboas (2010), os museus, como espaços de debates, se caracterizam como o lugar de comunicação entre o território e a sociedade ao fazer uma leitura atenta da situação da cultura afrodescendente na cidade. Nesse sentido, a luta dos idealizadores do Museu de Percurso do Negro voltava-se para a construção de políticas de representatividade ao encontro de direitos humanos dos negros e de uma sociedade de inclusão social, de respeito e valorização da cultura da população negra de Porto Alegre.

Operacionalmente, a coordenação-executiva do projeto coube à entidade Angola Janga que atuava em parceria com o Conselho Gestor do Museu, composto

por aproximadamente vinte outras entidades do movimento negro do Rio Grande do Sul, elas reunidas através do CRAB.

A proposta original do Museu de Percurso do Negro tinha sete marcos definidos; destes, quatro marcos foram executados. Os três marcos ainda não instalados são: o quinto marco em frente à calçada da Igreja das Dores (o antigo pelourinho); sexto marco no Cais do Porto (desembarque dos negros escravizados) e o sétimo marco na Esquina democrática (antiga esquina do Zaire).

Na sequência apresentamos os marcos já implantados:

1) Tambor: inaugurado em 09 de abril de 2010, a escultura que representa esse instrumento musical foi instalada na praça Brigadeiro Sampaio. O local era conhecido como Largo da Forca, pois ali instalavam-se a forca de madeira onde foram mortos os escravizados condenados pela pena capital vigente no período Imperial.



Figura 1 - Tambor, primeiro marco implantado do Museu de Percurso. **Fonte:** Blog do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre, 2010.

2) Pegada Africana: inaugurada em 14 de novembro de 2011, representa o próprio conceito motriz do Museu, ou seja, a ideia da caminhada, ao mesmo tempo, em que torna perene a presença negra em Porto Alegre. A obra de arte, ao mostrar um pé negro com o formato do continente africano, reforça os traços de origem da comunidade negra. Construída no antigo Largo da Quitanda, atual Praça da

Alfândega, local autorizado pelo Código de Posturas Municipais ao comércio de hortifrutigranjeiros, atividade à qual se dedicavam especialmente as negras minas.



Figura 2 - Pegada Africana, segundo marco instalado na praça da Alfândega. **Fonte:** Blog do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre, 2011.

3) Bará do Mercado: o terceiro marco, inaugurado em 07 de fevereiro 2013. Segundo a tradição, os escravos assentaram um Bará no cruzamento central do Mercado, durante sua construção, por ser um centro de abastecimento e fartura. Um dos seus objetivos é para que, quem por ali passasse, fizesse seus pedidos e oferendas para que nada faltasse na mesa da sua família. Indicado como Bem Cultural de Natureza Imaterial de Porto Alegre, o Bará do Mercado, foi aprovado pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) e foi inscrito como patrimônio cultural no Livro de Registro dos Lugares, por iniciativa de Mãe Norinha de Oxalá junto à Secretaria Municipal da Cultura. A obra, concebida pelos artistas Leandro Machado e Pelópidas Tebano, teve a sua execução a cargo do ateliê Mosaico Leonardo Posenato e do arquiteto Vinícius Vieira: “trata-se de um arranjo com sete chaves, que envolve as cores vermelha e amarela, que dentro da religiosidade de matriz africana representa a harmonia e a solidariedade” (Vilasboas; Souza, 2010). O mosaico foi feito de granito e as chaves de bronze, com intuito de reforçar a territorialidade local. Tanto o granito vermelho, como amarelo são pedras originais do Rio Grande do Sul. À época de sua inauguração, a proposta ainda foi inserida no âmbito da qualificação do Mercado, parte do programa de revitalização do Centro Histórico.



Figura 3 -Bará instalado no Mercado Público de Porto Alegre. **Fonte:** Blog do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre, 2013.

4) Painel Afrobrasileiro: inaugurado no Largo Glênio Peres, em 20 de novembro de 2014, após aprovação do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC, com os recursos disponibilizados pelo prêmio Funarte de Arte Negra. O local de instalação dessa obra se diferencia pela grande circulação diária de pessoas, advinda da presença de um terminal de ônibus, de um largo e de estabelecimentos comerciais, como o Mercado Público. É um lugar em constante transformação, caracterizado como um espaço democrático e de encontro de diferentes expressões culturais e políticas, como, por exemplo, a saída anual da Marcha da Semana da Consciência Negra.



Figura 4 - Painel Afrobrasileiro instalado no muro do Chalé da Praça XV no Largo Glênio Peres. **Fonte:** Blog do Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre, 2014.

Esses quatro marcos do Museu de Percurso permitem dar visibilidade e materialidade à presença negra na cidade, como era objetivo de seus idealizadores. Sistemáticamente são inseridos em atividades culturais, debates e formações que valorizam a questão racial, a exemplo do curso Leituras da Cidade, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (figura 5) ou das constantes práticas

religiosas vinculadas às religiões de matriz africana, efetivadas no centro do Mercado, onde está o marco do Bará (figura 6). Através da mediação realizada pelos militantes participantes do processo, essas esculturas, painéis ou baixo-relevos recebem a ativação necessária para dar sentido aos aspectos históricos e culturais que desejam evocar.



Figura 5 - Aula do Curso Leituras da Cidade. **Fonte:** Possamai, 2010.

Considerações para continuar a decolonizar os museus

Conectar a teoria decolonial e a luta antirracista com a prática é um desafio constante, e exige um grande esforço por parte das instituições museais, comunidade acadêmica e dos grupos étnicos. No caso das nações indígenas, a persistência em trabalhos curatoriais compartilhados já se mostrou frutífera. As experiências museais com os povos originários demonstram que a presença indígena nos museus transforma a Museologia a partir do protagonismo indígena, mas também, através da autocrítica dos museus tradicionais e dos profissionais da área. Os acervos museológicos constituídos sob olhares enraizados na colonialidade do saber podem ser vistos sobre outros prismas, pois a “descolonialidade emerge da experiência da colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 16). Para isso, é fundamental dialogar com distintas epistemologias, construir parcerias com povos e grupos sociais, historicamente, subalternizados, elaborar projetos interculturais, e, sobretudo, compreender que a jornada rumo à descolonização museal, mesmo passível de equívocos, tem em seu

horizonte a transformação do museu, desde sua museografia até sua compreensão conceitual, e da Museologia.

Em relação ao Museu de Percurso, compreende-se a composição deste projeto enquanto possibilidade de restituição das memórias, de narrativas, de histórias que elucidam e tornam evidentes os aspectos primordiais da etnicidade vivida e consolidada em Porto Alegre. Também como território de visibilidade à vivacidade da etnia negra, com todas as suas riquezas nas mais variadas interfaces, dimensionalidades, aspectos constitutivos, as múltiplas vozes, indagações e olhares. Além disso, entende-se que o Museu de Percurso do Negro, fruto da luta do Movimento Negro de Porto Alegre, apresenta-se como um espaço de reflexão sobre o racismo estrutural e a luta antirracista.

Nesse sentido, pensar os museus na ótica decolonial e antirracista contribui para potencializar a agência dos espaços museais no âmbito da valorização patrimonial, cultural e histórica de grupos que, historicamente, foram negligenciados pelos museus.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene. **Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Autor, 2005, p. 36-41.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho Júnior. Territorialidade negra urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org). **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. P. 129-162.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: VILASBOAS, Ilma Silva; SOUZA, Vinícius Vieira de. (Orgs.) **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010.

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial (1776-1848)**. Record, 2012.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 18, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/KXPYHFZfNqtGd9by39qRcr/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CLIFFORD, J. Museus como zonas de contato. Tradução Alexandre Barbosa de Souza e Valquiria Prates. **Periódico Permanente**, n. 6, 2016. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/conteudo/museus-como-zonas-de-contato?searchterm=james+clifford>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CURY, Marília Xavier. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, MG. n.1, v.7, p. 184-211, 2017. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2199/2517>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CURY, Marília Xavier. As coleções kaingang, guarani nhandewa e terena - percurso documental, requalificação e colaboração. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol. 29, p. 01-39, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/172430>. Acesso em: 12mar. 2024.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, Máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GRUZINSKI, Serge. **Á águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. Companhia das letras, 2015.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Alexandre de Oliveira. **Museus Indígenas, Mobilizações Étnicas e Cosmopolíticas da Memória: um estudo antropológico**. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36806/1/TESE%20Alexandre%20Oliveira%20Gomes.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LANDER, Edgar (org). Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 107-130, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidad_e_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

MELO, Roberta Madeira de. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)**. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202055>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MELO, Roberta Madeira de; POSSAMAI, Zita Rosane. As Revistas do Museu Júlio de Castilhos e a exposição Memória e Resistência. **Museologia & Interdisciplinaridade**,

vol. 10, nº19, p.189-202, jan/jun de 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/34656>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da 'ciência': Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, n. 1, v. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MIGNOLO, Walter. Museus no horizonte colonial da modernidade: garimpendo o museu de Fred Wilson. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, p. 309-324, 2018.

PAZ, Felipe. R. Contri. **Cultura Visual e Museus Escolares: representações raciais no museu Lassalista (Canoas, Rio Grande do Sul, 1925-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPG- Educação/UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131867>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PALTI, Elias. **La nación como problema. Los historiadores y la "cuestión nacional"**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
POSSAMAI, Zita Rosane. **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 107-130, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidad_e_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, (Feminismos Plurais), 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. A., & CARNEIRO, C. G. Escuta das narrativas indígenas na exposição colaborativa do MAE-USP: : desafios para o desenvolvimento de ações educativas eticamente responsáveis e engajadas nos museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**, 10(19), p. 163–188, 2021.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Corazonar uma Museologia onde caibam muitas museologias: a interculturalização do campo como projeto decolonial. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). **Introdução à Socio Museologia**, 2020.

VARGAS, Pedro Rubens Nei F. **O mercado central de Porto Alegre e os caminhos Invisíveis do negro: uma relação patrimonial**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29943/000777746.pdf?sequence=1&isAllowed>. Acesso em: 12 mar. 2024.

VARGAS, Pedro Rubens. O Museu de Percurso do Negro de Porto Alegre na perspectiva de seus idealizadores: Os militantes do Movimento Negro. In: MATTOS, Jane de Mattos. (Org.). **Museu e africanidades**. Porto Alegre: Edições Museu Júlio de Castilhos, 2013. P. 85-100.

VARGAS, Pedro Rubens Nei Ferreira. **O Mercado central do Porto Alegre e os caminhos invisíveis do negro: uma relação patrimonial**. Porto Alegre: Appris, 2017.

VIEIRA, Daniele Machado. Território, Territorialidades negras e Pertencimento Racial: O negro em busca de memória espacial. In: SANTOS, Adriana C.S. **Territorialidade Negra do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado da Educação Departamento Pedagógico-Assessoria de Relações Étnicas**. Porto Alegre: Evangraf, 2018. P. 15 - 20.

VILASBOAS, Ilma Silva. Projeto museológico e museográfico. In: VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho; SOUZA, Vinícius Vieira de. (Orgs.) **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010, 75-103.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Companhia das Letras, 2012.